

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE

Transparência, Extremismo e Democracia

A democracia não é um direito adquirido, mas uma conquista diária e um desígnio.



Alexandre Almeida

Dizer que vivemos na era digital não é mais do que uma simples constatação dos factos.

Sem precedentes na história, assistimos à transação de dados a velocidades vertiginosas, à criação de informação e de desinformação em frações de segundo e a uma capacidade de disseminação assombrosa. Esta nova era aporta novas oportunidades e potencialidades de evolução, inovação e crescimento económico, mas igualmente desafios sem precedentes no que toca à transparência e aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Por toda a Europa e nos Estados Unidos observamos uma insatisfação generalizada com a aparente inoperância das instituições, com os poderes instalados e com o défice democrático que decorre da ausência de verdadeira prestação de contas à população.

No lema “liberdade, igualdade e fraternidade” subjaz o ideal Europeu, em cujo edifício se foram implantando as desconfianças, a falta de solidariedade e um racional individualista, dando azo ao crescimento dos movimentos extremistas por toda a Europa e nos Estados Unidos.

Nos últimos anos, novos “Messias” e tocadores de flauta emergem, capita-

Observatório de Economia e Gestão de Fraude
www.obegef.pt

lizando as frustrações, os medos e o desconhecimento dos cidadãos, a informação é trabalhada para mobilizar os descontentes, os ressabiados e os infelizes.

Devemos perceber este descontentamento, compreender a desilusão e procurar responder à mesma. Os movimentos extremistas compreendem-na, mas não lhe respondem. Manipulam as massas em função de interesses tão ou mais obscuros do que aqueles que criticam.

Tal como na luta contra o COVID, é crucial estabelecer uma imunidade de grupo democrática contra as soluções fáceis, os caminhos do ódio e do radicalismo. Mas essa imunidade não pode, nem deve ser alcançada pela ostracização, mas sim através do conhecimento e da transparência absoluta.

A transparência das instituições é a pedra basilar do normal funcionamento em democracia. Esse é o preceito que foram construídos os sistemas parlamentares e implementada a divisão de poderes e funções. E este é o preceito da democracia. As escolhas dos cidadãos devem resultar de um verdadeiro processo de escolha informada. Todavia, as decisões estratégicas e a gestão pública estão sempre envoltas em nevoeiro. As macropolíticas refletem sempre o pensamento de uma minoria, num exercício parcial, de reduzida participação e com défice de transparência.

Estes aspetos facilitam o desenvolvimento de movimentos extremistas, cujo crescimento tem sido exponencial por toda a Europa.

A democracia é um exercício participado, coletivo e informado. Mas está doente.

A democracia não é um direito adquirido, mas uma conquista diária e um desígnio. Não se trata do mero ato de votar, trata-se de uma escolha cada vez mais fragilizada, menos representativa e de um completo afastamento dos cidadãos, o que se traduz numa elevada abstenção, na descrença no sistema político e num clima de suspeição generalizada.

Casos como o Novobanco, a TAP ou até a gestão do COVID-19 não ajudam à credibilização e é nas fragilidades da democracia e da sociedade que crescem os movimentos extremistas.

Tendemos a rejeitá-los, mas perceberemos o porquê do apelo do seu discurso e tal é resultado, sobretudo, do demérito do próprio sistema.

O ataque ao Capitólio nos Estados Unidos da América foi demonstrativo de como, num breve momento, o que tomamos por garantido se pode perder. A democracia que tanto promovemos, temos de conseguir construir e viver todos os dias num processo que é da responsabilidade de todos e de cada um.